

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SA: CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO Ata da 133ª Reunião Ordinária da CT-SA – 09/04/2026 – 09h00 Reunião por videoconferência – Google Meet

Membros Presentes	
Entidade	Representante
AEJ	Ulisses Nicioli Junior (T)
ASSEMAE	Tarciani Benedita Baia Santos (T)
	Adriana Roberta Candido (S)
	André Felipe de Oliveira (S)
	Gladis Meiry Matteo (S)
	Paulo Roberto Szeligowski Tinel (S)
Sabrina Rodrigues da Cruz (S)	
CADRE Engenharia LTDA	Elaine Franco de Campos (T)
CATI	Daniel Ribeiro Bernardes (S)
Clean Environment Brasil	Angelo César Bosqueiro (T)
DAAE - Rio Claro	André Luis Caramello (T)
	Fábio Fontana Rogério (S)
DAE Jundiá	João Batista de Souza (T)
	Ana Paula Figueiredo Pereira (S)
DAE Santa Bárbara d'Oeste	Karen Cristina Tasaka (S)
	Vitor Angelo Arantes (S)
DAEV	Fernanda Dias Pereira (S)
FT/UNICAMP	Marcio Arantes de Andrade (S)
INEVAT	Maria Aparecida Carvalho de Medeiros (T)
IPEL	Paulo Takeyama (S)
IPSA-C	Willian Barroso (S)
P.M. de Analândia	Patricia Regina Ferreira Calegari (T)
P.M. de Campo Limpo Paulista	Rafael Dimitrius Carneiro (T)
P.M. de Hortolândia	Eduardo Augusto da Silva (T)
	Thomy Lucas Nogueira (T)
P.M. de Itatiba	Dennis Lai (T)
	Thais Polezel Franco de Camargo (S)
P.M. de Itu	Mayara Miranda Ruela (T)
	Valéria Miguel Rusticci (S)
P.M. de Itupeva	João Paulo Vieira (S)
P.M. de Jundiá	Mateus Bento Batista Arantes (T)
P.M. de Limeira	Flavia Maise Pizani Peruzza (T)
P.M. de Louveira	Alan Del Rosso (S)
	André Gatti Filho (S)
	Greicy Paola Faria Fronza (S)
	Guilherme Afonso Marques (S)
P.M. de Salto	Mauricio Martins de Carvalho (T)
	Osneir Caviquioli (S)
P.M. de Santa Bárbara d'Oeste	Fernanda Dias Pereira (S)

P.M. de Várzea Paulista	Isabella Moretti Vieira (T)
SAA	Angelo César Bosqueiro (T)
SAAE Atibaia	Thaís Martins (S)
SAAE Salto	Sara Corrêa Appendino (S)
	Silvia Telles (S)
SAAEJA	Silvana Turolla Broleze (T)
	Luciana Carla Ferreira de Souza (S)
SABESP	Aurildo Xavier dos Santos (S)
SANASA	Sabrina Rodrigues da Cruz (T)
	André Felipe de Oliveira (S)
	Gladis Meiry Matteo (S)
	Tarciani Benedita Baia Santos (S)
SANEBAVI	Mara Leteliane Leite Reis (S)
UNICAMP	Luana Mattos de Oliveira Cruz (T)

Membros ausentes	
Entidade	
ABES	
CETESB	
Consórcio PCJ	
DAE Americana	
ONDAS	
P.M. de Rio Claro	
SEMAE	
Usina dos Sonhos	

Membros ausentes com justificativa	
Entidade	
BRK Ambiental Limeira	
Cia. De Saneamento de Jundiá	
P.M. de Iracemápolis	

Demais Presentes	
Entidade	Representante
Agência PCJ	Carolina Silva
	Danilo Costa
	Gabriel Sobreira
	Ingrid Pavan
	Kaique Barreto
	Livia Modolo
	Mariane Rodrigues Amuy
	Raquel Quirino
	Rebeca Silva
	Rosa Cardoso
	Thamiris Cardoso

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SA: CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO Ata da 133ª Reunião Ordinária da CT-SA – 09/04/2026 – 09h00 Reunião por videoconferência – *Google Meet*

	Vanessa Longato
AEEAV	José Luiz Martini
AESBE	Sergio Antonio Gonçalves
Educação Ambiental	Sem registro de presença
Município de Jundiáí	Massao Okazaki
USP	Gabriela Canindé R. Silva
	Tadeu Fabrício Malheiros

(T) - Titular (S) - Suplente (C) - Convidado

Aos nove dias do mês de abril de 2026, realizou-se, por meio de videoconferência, na plataforma do *Google Meet*, a 133ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA) dos Comitês PCJ. **1. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos membros, por meio de mensagem eletrônica, em 2 de abril de 2026. **2. Abertura da 133ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saneamento:** A abertura da reunião foi realizada pelo coordenador da CT-SA, Sr. Mateus Bento Arantes, representante da Prefeitura Municipal de Jundiáí (P.M. de Jundiáí), que agradeceu a presença de todos e informou a existência de quórum para o início da reunião. O Sr. Mateus explicou que a pauta da reunião foi enviada junto da convocação, conforme prazo regimental. Em seguida, foi exibido um vídeo elaborado pela Agência das Bacias PCJ, contendo orientações gerais, registro de presença e outras informações para a participação na reunião. **3. Aprovação da minuta de ata da 132ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saneamento:** Em seguida, o Sr. Mateus informou que foi enviado aos membros, por mensagem eletrônica junto da convocação, conforme prazo regimental, a minuta de ata da 132ª Reunião Ordinária, realizada em 12/02/26, por videoconferência. Na sequência, questionou a necessidade de leitura, sendo dispensada por todos. Em seguida, abriu espaço para manifestações sobre o conteúdo, não havendo manifestações, o Sr. Mateus submeteu aos membros para a aprovação, sendo aprovada por unanimidade a minuta de ata da 132ª Reunião Ordinária da CT-SA. **4. Apresentação sobre Avanços e desafios do Novo Marco Legal do Saneamento – Sergio Gonçalves (Aesbe):** O Sr. Mateus Arantes, introduziu brevemente o palestrante convidado Sr. Sergio Antônio Gonçalves, Diretor Executivo da

Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe), evidenciando sua formação e ampla experiência no setor. Ressaltando sua relevância para os debates da CT-SA. Dando início à apresentação, o Sr. Sérgio compartilhou a atuação institucional da Aesbe, destacando que a entidade reúne companhias de saneamento em todo o território nacional, de Roraima ao Rio Grande do Sul, incluindo majoritariamente empresas estatais, mas também empresas privadas que passaram a integrar o setor após processos de concessão e aquisição. Ressaltou ainda a estrutura interna da associação, com diversas Câmaras Técnicas responsáveis por discutir e propor aprimoramentos para o setor, bem como a disponibilização de conteúdos técnicos por meio da “[Série Universalizar](#)”. Na sequência, contextualizou o saneamento como um serviço público no Brasil, enfatizando que, diferente de outros países, não há a venda de ativos, mas sim a concessão dos serviços por tempo determinado, com posterior retorno ao poder concedente. Apresentou a evolução do arcabouço legal do setor desde a extinção do Plano Nacional de Saneamento (PLANASA), lembrando que a Lei nº 11.445/2007 permanece como base da Política Nacional de Saneamento, sendo atualizada por legislações posteriores, como a Lei nº 14.026/2020, que introduziu metas mais estruturadas de universalização. Nesse sentido, o Sr. Sergio explicou que as metas atuais preveem o atendimento de 99% da população com abastecimento de água e 90% com esgotamento sanitário até 2033, observando, entretanto, que tais metas foram estabelecidas com base em premissas anteriores, oriundas do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) de 2013, o que, segundo ele, representa um desafio adicional, considerando o tempo já decorrido e as mudanças no cenário econômico e de investimentos. Também apresentou dados históricos de investimento no setor, indicando que, entre 2002 e 2022, foram aplicadas cerca de R\$ 400 Bilhões em água e esgoto, com predominância de recursos próprios das prestadoras de serviço. Apesar dos avanços obtidos, (inclusive com expansão significativa do atendimento populacional) ainda persiste uma dívida histórica, especialmente no que se refere ao esgotamento sanitário. Ao abordar os desafios atuais, o Sr. Sergio, ressaltou a necessidade de



CT-SA: CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO
Ata da 133ª Reunião Ordinária da CT-SA – 09/04/2026 – 09h00
Reunião por videoconferência – *Google Meet*

ampliação dos investimentos, que devem passar de aproximadamente R\$ 20 bilhões anuais para cerca de R\$ 40 bilhões por ano, a fim de viabilizar a universalização. Explicou que esse aumento não se limita à disponibilidade de recursos financeiros, mas envolve também a capacidade institucional e operacional para planejamento, contratação e execução de obras, que possuem prazos e complexidades próprias. Enfatizou ainda as particularidades do território brasileiro, destacando a dimensão continental do país, a diversidade de biomas e a distribuição desigual da população, com grande concentração urbana, mas também elevada quantidade de municípios de pequeno porte e populações dispersas, o que torna o desafio da universalização ainda mais robusto. Nesse contexto, o Sr. Sergio apontou que os principais déficits se concentram no esgotamento sanitário em áreas urbanas e no abastecimento de água em áreas rurais, além da necessidade de atendimento a populações vulneráveis e comunidades tradicionais. Lembrou aos presentes que a universalização exigirá a adoção de soluções diferenciadas, tanto em termos de tecnologia quanto de modelos de gestão, não sendo possível replicar uma única abordagem para realidades distintas. Durante sua apresentação, também abordou os impactos econômicos positivos da universalização, incluindo a geração de empregos, o aumento da produtividade e os efeitos sobre diversos setores da economia. Além da forte correlação entre saneamento e saúde pública, apresentando dados que evidenciam a redução significativa de internações por doenças relacionadas à ausência de saneamento em municípios com maior nível de atendimento. Seguiu destacando a necessidade de planejamento estruturado, baseado na identificação das populações não atendidas, sua localização e definição de estratégias adequadas de atendimento, incluindo uma avaliação de custos e mecanismos de financiamento, como subsídios e arranjos tarifários. Complementarmente, abordou os impactos das mudanças climáticas, consolidando o cenário de crise hídrica global, assim como a vulnerabilidade dos sistemas de saneamento frente a eventos extremos, a exemplos das secas e enchentes, e a necessidade de adaptação do setor a estas condições. No que se refere a governança, deu ênfase a regulação, dos

contratos e do planejamento, ao mesmo tempo em que apresentou críticas ao modelo de concessões que priorizam o pagamento de outorgas, apontando que tal prática pode comprometer a capacidade de investimento do setor e impactar a modicidade tarifária. Por fim, comentou sobre a importância de integração entre políticas públicas, da atuação intersetorial e das parcerias entre os setores público e privado, especialmente por meio de Parcerias Público-Privadas (PPPs), como forma de viabilizar investimentos e ampliar a capacidade de atendimento. Ao final da apresentação, foi aberto espaço para manifestações dos participantes, de modo geral, as discussões convergiram para os desafios da universalização do saneamento no Brasil, onde se destaca o pensamento de que embora haja avanços e aumento de investimentos, a meta dificilmente será atingida de forma plena no prazo estabelecido, sobretudo em função das desigualdades regionais e das dificuldades em áreas periféricas e de ocupação irregular. Também foi destacado pelos presentes, que o financiamento, embora essencial, não é suficiente por si só, sendo a gestão, a capacitação técnica e a eficiência operacional fatores determinantes para o avanço do setor. Nesse sentido, discutiu-se a relevância da redução de perdas, da melhoria na gestão dos serviços e da adoção de tecnologias adequadas às realidades locais, evitando soluções padronizadas que não considerem as especificidades de cada território. As contribuições também ressaltaram o papel estratégico da academia, tanto na formação de profissionais quanto no desenvolvimento de soluções inovadoras, ao mesmo tempo em que se manifestou preocupação com a baixa procura por cursos na área de saneamento, indicando a necessidade de maior valorização do setor, modernização das abordagens de ensino e fortalecimento de iniciativas práticas de formação, como projetos de extensão. As discussões reforçaram a complexidade e robustez do setor de saneamento e a necessidade de abordagens integradas, que articulem gestão qualificada, capacitação contínua, inovação tecnológica e compromisso coletivo, como elementos fundamentais para o avanço das políticas públicas e a melhoria das condições sanitárias no país. **5. Apresentação sobre o Projeto FAPESP: “Plataforma de monitoramento e**

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SA: CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO Ata da 133ª Reunião Ordinária da CT-SA – 09/04/2026 – 09h00 Reunião por videoconferência – *Google Meet*

avaliação do Plano das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá no Estado de São Paulo” – Gabriela Canindé (USP): Dando continuidade à pauta, o Sr. Mateus Arantes, passou a palavra a Sra. Gabriela Canindé Rodrigues Silva, pesquisadora e mestra em Ciência Ambiental pela Universidade de São Paulo (USP). A Sra. Gabriela agradeceu a oportunidade e iniciou sua apresentação com um breve contexto do projeto, destacando sua vinculação ao Programa de Pesquisa em Políticas Públicas da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (PPPP FAPESP) e sua relação direta com o monitoramento do Plano de Bacias PCJ, entendido como uma política pública em execução que demanda aprimoramento contínuo. A Sra. Gabriela explicou que o projeto possui abrangência na porção paulista das Bacias PCJ e está inserido em um contexto de desafios relevantes na gestão de recursos hídricos, especialmente no que se refere às perdas de água, demandando inovações metodológicas e tecnológicas. Durante a apresentação, foi enfatizado que o principal propósito da iniciativa é o desenvolvimento de uma plataforma pública integrada de *benchmarking*, capaz de unificar dados, indicadores e processos de avaliação, estruturada em um modelo colaborativo e transparente, voltando ao apoio à gestão e a tomada de decisão. Em seguida, a Sra. Gabriela detalhou os objetivos específicos do projeto, que inclui: **a)** A Avaliação de desempenho das ações previstas no Plano de Bacias PCJ; **b)** A identificação e mensuração de ações de controle de perdas nos sistemas de abastecimento de água, eixo central do projeto; **c)** O mapeamento de ações de educação ambiental e seus impactos; **d)** O aprimoramento de um modelo unificado de informações; **e)** A estruturação de processos de benchmarking entre operadoras e; **f)** O desenvolvimento de plataforma piloto para consolidação e divulgação de dados e resultados. A Sra. Gabriela comentou que os objetivos são interdependentes e compõem um sistema integrado de monitoramento e avaliação. Na sequência, foram apresentadas as instituições envolvidas, destacando-se a Universidade de São Paulo (USP) como responsável pela pesquisa, a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) como instituição associada, a Agência das Bacias PCJ como parceira na

implementação, além da colaboração de universidades internacionais e da participação dos Comitês PCJ e operadoras de saneamento, compondo assim uma rede integrada de pesquisa, gestão e prática. A Sra. Gabriela deu ênfase a importância da formalização de convênios entre a USP e as operadoras, levando em conta que tais instrumentos possuem carácter exclusivamente técnico-científico, sem envolvimento de repasses financeiros, e visam garantir segurança jurídica e proteção das informações compartilhadas. Nesse contexto, foi realizado um convite às operadoras ainda não participantes para integrarem o projeto, seja por meio de formalização de convênios ou pela colaboração técnica, incluindo disponibilização de dados, participação em reuniões e realização de visitas técnicas. Também foi apresentado o instrumento de coleta de dados do projeto, estruturado por meio de questionários, cuja finalidade é apoiar a definição de indicadores, padronizar a coleta de informações, subsidiar o desenvolvimento da plataforma e possibilitar a avaliação de impacto das ações implementadas, sendo esse instrumento validado junto aos *stakeholders*, assegurando sua relevância e aplicabilidade prática. Seguindo com a apresentação, apresentou o cronograma do projeto, com duração prevista de quatro anos (2024-2028), contemplando as etapas comentadas incluindo oficinas, workshops, produção científica e desenvolvimento de módulos de ensino a distância. Relembrou que o projeto prevê, ao final, a capacitação de gestores e operadores para utilização efetiva da plataforma e dos indicadores desenvolvidos. Como resultados esperados, a Sra. Gabriela deu destaque a promoção da transparência, o aprimoramento contínuo da gestão baseada em evidências, a padronização de procedimentos, a consolidação de indicadores e a qualificação de gestores, visando contribuir para a melhoria da gestão integrada dos recursos hídricos nas Bacias PCJ. Por fim, a Sra. Gabriela agradeceu a atenção dos presentes e reforçou o convite às operadoras para participação do projeto. Na sequência foi reservado um momento para contribuições e manifestações dos participantes. O Sr. Tadeu Fabricio Malheiros, coordenador do projeto e da Câmara Técnica de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (CT-ID), parabenizou a Sra. Gabriela Canindé pela

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SA: CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO Ata da 133ª Reunião Ordinária da CT-SA – 09/04/2026 – 09h00 Reunião por videoconferência – *Google Meet*

apresentação e complementou que a plataforma vem sendo pensada em consonância com as diretrizes e o guia de controle de perdas dos Comitês PCJ, com foco na aplicação prática e no apoio à implementação do Plano de Bacias. O Sr. Tadeu também reforçou a natureza técnico-científica da iniciativa, sem envolvimento de repasses financeiros, destacando a importância de participação das operadoras para o aprimoramento da ferramenta, além da integração entre universidade e gestão. Nesse contexto, o Sr. Mateus Arantes enfatizou o potencial da proposta para apoiar a gestão de perdas nos municípios, observando que a participação das operadoras não implica custos e demanda esforço operacional reduzido. **6. Repasse sobre critérios de requisitos mínimos das “Diretrizes Gerais para Gestão de Perdas de Água e Eficiência no Abastecimento Público nas Bacias PCJ”:** Em seguida, o Sr. Mateus informou que os trabalhos do Grupo de Trabalho Ações de Combate a Perdas de Água (GT-Perdas) se encontram, no momento, focados na elaboração da nota técnica, com o objetivo de aprimorar os requisitos mínimos e os critérios de comprovação necessários para o avanço nas etapas estabelecidas. Relatou que, na reunião realizada em 10/03/26, foi apresentada uma primeira minuta para discussão, porém as contribuições ocorreram de forma ainda genérica e conceitual, motivo pelo qual foi disponibilizado, em 12/03/26, um link exclusivo para que os membros do GT pudessem inserir sugestões diretamente no documento. Informou, ainda, que serão realizadas discussões com a Coordenação de Projetos e a equipe técnica responsável pela análise de projetos da Agência das Bacias PCJ, visando qualificar e filtrar as contribuições recebidas, as quais subsidiarão uma nova rodada de discussões no âmbito do GT. Destacou a importância da nota técnica como instrumento norteador dos investimentos, ressaltando a necessidade de equilibrar critérios técnicos adequados sem torná-los excessivamente restritivos, de modo a não dificultar o acesso dos municípios e prestadores de serviços aos recursos disponíveis. Por fim, convidou os interessados a integrarem o GT-Perdas e informou que a próxima reunião do grupo está prevista para o dia 12/05/26, mantendo-se a realização nas tardes de terça-feira. **7. Apresentação sobre Capacitação dos**

membros dos Comitês PCJ: Critérios e metas: Dando continuidade à pauta, a Sra. Raquel Quirino, da equipe de apoio da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, explicou que sua fala tinha como objetivo apresentar os critérios e metas anuais de capacitação dos membros. Trouxe uma breve contextualização sobre o papel dos Comitês PCJ e sobre a relevância da capacitação, destacando a importância do preparo contínuo diante da diversidade e complexidade dos temas tratados nas Câmaras Técnicas, visando qualificar a participação, reduzir assimetrias de conhecimento, fortalecer o embasamento técnico das decisões e possibilitar a integração entre teoria e a prática. A institucionalização do tema se dá com a aprovação e implementação do Plano de Capacitação dos Comitês PCJ, instrumento orientador das ações de capacitação, elaborado em 2021, inicialmente para atender a uma exigência do Programa Nacional de Fortalecimento de Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). O plano possui um horizonte de atuação de 5 anos, cuja versão mais recente foi aprovada pela [Deliberação dos Comitês PCJ nº 531/25](#), com vigência até 2030. Além de estar alinhado com instrumentos internos como Plano de Bacias e a Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ, o plano também atende aos critérios da [Deliberação CRH nº 248](#), de 18/02/21, que estabelece a metodologia de distribuição dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), oriundos da Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos para fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH). Ressaltou que a capacitação corresponde a 25% da pontuação dos indicadores utilizados na distribuição dos recursos, sendo necessário capacitar mais de 50% dos membros anualmente para obtenção da pontuação máxima. Com relação aos cursos, orientou que sejam realizados dentro das temáticas de meio ambiente e recursos hídricos, dentro do ano vigente (2026), incluindo cursos técnicos, especializações, cursos online e participação em eventos, palestras e workshops, independentemente de serem promovidos ou não pelos Comitês PCJ. Citou como exemplo os cursos do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo ([Capacita-SigRH](#)), bem

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SA: CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO Ata da 133ª Reunião Ordinária da CT-SA – 09/04/2026 – 09h00 Reunião por videoconferência – *Google Meet*

como o portal de capacitação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), cujo catálogo de cursos está incorporado à plataforma da Escola Virtual de Governo ([EV.G](#)). Destacou que o processo de capacitação é contínuo, ocorrendo também no âmbito das reuniões das Câmaras Técnicas, plenárias e grupos de trabalho. Complementarmente, orientou que os certificados devem ser encaminhados ao [e-mail](#) da Secretaria Executiva, sendo fundamentais para o registro e acompanhamento das metas do Plano de Capacitação dos Comitês PCJ, bem como do indicador 2 previsto na Deliberação CRH nº 248/2021. Por fim, reforçou o papel dos membros na busca por formação contínua e no envio dos comprovantes, contribuindo diretamente para o desempenho institucional dos Comitês PCJ e para a ampliação do acesso aos recursos financeiros. **8. Informes:** Na sequência, o Sr. Mateus passou para o item de informes: **8.1. da Coordenação:** **a)** O Sr. Mateus Arantes incentivou o acesso dos membros a [Newsletter](#) dos Comitês PCJ, que é um portal de atualização periódica com atualizações das atividades dos Comitês e suas Câmaras Técnicas. Complementarmente compartilhou o Informativo de Saneamento, ideia que está sendo construída junto à Assessoria de Comunicação da Agência das Bacias PCJ, com o intuito de unir notícias voltadas ao Saneamento, nas bases nacional, estadual e regional, contemplando em especial os municípios que compõem as Bacias PCJ. Também, compartilhou com os presentes o compilado de indicadores das áreas de infraestrutura nacional, disponibilizado pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), a plataforma pode ser acessada [neste](#) local; **b)** O Sr. Mateus informou a respeito dos próximos eventos relacionados a água e ao saneamento, sendo: **i.** O [WaterLoss](#), evento da Associação Internacional da Água – International Water Association (IWA), que ocorre entre os dias 26 e 29 de abril, presencialmente no Rio de Janeiro/RJ; e **ii.** O [3º Fórum Brasil das Águas](#), um dos principais eventos de gestão de recursos hídricos do país, que ocorre em São Luís/MA entre os dias 4 e 8 de maio; **c)** Por fim, reforçou o convite de participação para a reunião do Grupo de Perdas do Consórcio PCJ, que acontece presencialmente nas dependências da DAE Jundiá, em 15/04/26; **8.2 dos**

Membros: O Sr. Mateus Arantes questionou quanto a informes por parte dos presentes, não havendo manifestações, passou aos informes da Secretaria Executiva; **8.3 da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ:** A Sra. Rebeca Silva, da equipe de apoio às Câmaras Técnicas da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ), iniciou os informes da Secretaria Executiva: **a) Alteração dos representantes dos membros:** Informou que a SE/PCJ recebeu solicitação do respectivo membro: **i. Instituto de Proteção Sócio Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí (IPSA-C):** Inclusão dos Srs. Renato Rossetto e Raquel Eliana Metzner como representantes suplentes; **ii. Diretoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA):** Inclusão do Sr. Ângelo Cesar Bosqueiro como representante titular e do Sr. Ricardo Stipp Paterniani como representante suplente. Por tratar-se de alterações de entidade que já fazem parte da CT-SA, é passado aos membros como informe, apenas para ciência; **b) Próxima reunião da CT-SA:** Por fim, informou que a próxima Reunião Ordinária da CT-SA, está prevista para ocorrer em 11/06/26, às 9h30, presencialmente na Faculdade de Tecnologia da Universidade Estadual de Campinas (FT/UNICAMP). **9. Outros assuntos:** O Sr. Mateus, questionou aos membros sobre outros assuntos, onde não houve manifestações dos presentes. **10. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Mateus Arantes, coordenador da Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA) dos Comitês PCJ, agradeceu a presença dos membros e deu por encerrada a reunião.

Mateus Bento Batista Arantes
Coordenador da CT-SA

Patrícia Regina Ferreira Calegari
Coordenadora-adjunta da CT-SA